

# A QUESTÃO DA DOMINAÇÃO MASCULINA NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO MODERNO

## THE ISSUE OF MALE DOMINATION IN THE CONSTITUTION OF THE MODERN SUBJECT

DOI: 10.15668/1807-8214/artemis.v19n1p161-167

### Resumo

Desde os gregos encontramos diversas explicações sobre as questões de gênero e sexualidade, mas não aceitamos mais como fatalidade o que somos e o que pensamos, pois entendemos que, frutos de uma época pós-moderna, temos plenas condições para nos constituir como sujeitos críticos, capazes de vislumbrar toda a estrutura vigente – estrutura essa fruto de uma cuidadosa arquitetura planejada e executada por instituições que sempre privilegiaram os interesses de apenas algumas classes e, portanto, também de sua visão de mundo. Este artigo se apresenta, pois, como uma possibilidade de reflexão das relações de gênero historicamente constituídas em nossa sociedade. Partimos das pesquisas do francês Pierre Bourdieu para realizar uma espécie de genealogia das relações instituídas em nossa sociedade e concluímos, com tais análises, que a dominação masculina é o retrato de uma sociedade pouco madura, cuja mudança seria alcançada pela promoção de uma educação emancipatória.

**Palavras-chave:** Gênero; Sexo; Diversidade; Dominação Masculina; Emancipação.

### Abstract

Since the Greeks we found several explanations about gender and sexuality issues, but we no longer accept as inevitable what we are and what we think, because we understand that, fruits of a post-modern era, we are fully able to constitute ourselves as critical subjects, able to glimpse all existing structure - structure that resulted of careful planned and executed architecture by institutions that always favored the interests of just a few classes and therefore also of his worldview. This article, therefore, presents itself as a possible reflection of gender relations historically constituted in our society. We started with French Pierre Bourdieu's research to perform a kind of genealogy of relationships established in our society and we concluded with such analyzes, that male domination is the portrait of an undeveloped society, whose change would be achieved by promoting an emancipatory education.

**Keywords:** Gender; Sex; Diversity; Masculine Domination; Emancipation.

---

**Lauro R. Lostada**

Assistente Técnico Pedagógico na EEB Irmã Maria Teresa – SED/SC. Doutorando em Educação (UFSC).

Email: lostada25@yahoo.com.br

## Introdução

Como diz a *Declaração dos Direitos Sexuais como Direitos Humanos Universais*, documento construído e aprovado durante o XV Congresso Mundial de Sexologia, realizado na China em 1999 (p.1):

A sexualidade é uma parte integral da personalidade de todo ser humano. Seu desenvolvimento pleno depende da satisfação de necessidades humanas básicas como desejo de contato, intimidade, expressão emocional, prazer, ternura e amor. A sexualidade é construída através da interação entre o indivíduo e as estruturas sociais. O desenvolvimento pleno da sexualidade é essencial para o bem-estar individual, interpessoal e social. Os direitos sexuais são direitos humanos universais baseados em liberdade, dignidade e igualdade entre os seres humanos dado que a saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual deve ser um direito humano básico. (...) A saúde sexual é o resultado de um ambiente que reconheça, respeite e exerça estes direitos sexuais (...).

Não há como negar que precisamos garantir o respeito aos direitos sexuais das pessoas, mas também não podemos deixar de lembrar que esses direitos, tal como a afirmação do texto acima citado nos faz pensar, são fruto de uma realidade social maior, que confere às pessoas um caráter que o caracterizará por toda a vida, engendrando uma marca profunda, encarnada, que pode ser traduzida nas palavras da escritora Virgínia Woolf (BOURDIEU, 2002: 8-9):

Inevitavelmente, nós consideramos a sociedade um lugar de conspiração, que engole o irmão que muitas de nós temos razões de respeitar na vida privada, e impõe em seu lugar um macho monstruoso, de voz tonitruante, de pulso rude, que, de forma pueril, inscreve no chão signos em giz, místicas linhas de demarcação, entre as quais os seres humanos ficam fixados, rígidos, separados, artificiais. Lugares em que, ornado de ouro e de púrpura, enfeitado de plumas como um selvagem, ele realiza seus ritos místicos e usufrui dos prazeres suspeitos do poder e da dominação, enquanto nós, 'suas' mulheres, nos vemos fechadas na casa da família, sem que nos seja dado participar de nenhuma das numerosas sociedades de que se compõe a sociedade.

Assim, na busca por respostas sobre como o arbitrário se constitui natural em nossa sociedade, construindo homens e mulheres que, inconscientes de seus atos, confirmam as estruturas vigentes e, portanto, reafirmam os processos de dominação e reprodução sociais, utilizaremos como norte o pensamento do sociólogo francês Pierre Bourdieu que, atento às manifestações de sua época,

buscou compreender esse dilema, na desconstrução da realidade em que vivia, o que possibilitou um conhecimento profundo das engrenagens das relações sociais e, portanto, das possibilidades de mudança.

Vivemos a era do global, onde as individualidades se convergem em direção ao todo e onde, portanto, as preferências individuais são postas como irrelevantes diante do papel coletivo que passamos a exercer. Assim sendo, os espaços geográficos entre os sexos passam a ser questionados e as fronteiras rompidas, pois se transformam em lugares de osmose profunda (BARBERO, 1995), onde cada um é solicitado a repensar seus próprios pontos de vista e cultivar um novo olhar diante do diferente, como fonte de inspiração e promoção da humanidade há muito perdida. Sob esta perspectiva, iremos traçar um itinerário que tangencie o universo em que vivemos e que seja uma ferramenta de reflexão sobre os direitos sexuais, na construção de um quadro pós-moderno de aceitação do diferente – no cenário atual as pessoas dependem cada vez mais umas das outras, numa complexa relação exo/autopoiética. Parafrazeando Nietzsche (2003): na luta de poder os opostos se transfiguraram em símiles, a ponto de que algumas perspectivas e interpretações das circunstâncias se tornam verdade em detrimento de outras que são tidas como visões periféricas e errôneas da realidade. Isso é o que configura o poder nas sociedades e nisto se organiza a fatalidade do poder da razão e a necessidade de se avaliar, portanto, todos os pontos de vista que recobrem o fato que se pretende pensar/viver.

Está na hora de o homem determinar seu objetivo. Está na hora de o homem plantar o germe de sua mais alta esperança. (...) Mortos estão todos os Deuses; agora, queremos que o super-homem viva. (...) O que há de grandioso no homem é o fato de ele ser uma *transição* e uma *destruição* (NIETZSCHE, 2007: 105-106).

Não há razão para que o homem deseje melhorar a humanidade, pois, de alguma forma, ela não existe na verdade. O homem precisa melhorar a si mesmo, distanciando-se da massa, enobrecendo-se, “eugenizando-se”<sup>1</sup>. Não podemos esperar melhorar o mundo, como dissemos, mas precisamos aprender a viver o mundo no fluxo que a vida exige, com o espírito livre de quem subjuga as convicções e os preconceitos, ensaiando o pensamento pela experiência - na dança; afinal, o mundo é um caos e urge enxergar as possibilidades para o novo, onde podemos criar e ter motivos para viver e ser feliz, reconhecendo a fragilidade do real e os múltiplos pontos de vista que fazem com que possamos entender melhor as circunstâncias da existência.

1 O conceito de eugenia foi historicamente retorcido por interesses específicos e utilizado para justificar as concepções do nazismo, sem, contudo, sem a expressão mesma do pensamento nietzschiano, o qual se opunha veemente a tais pressupostos.

Abre-se, a partir de tais pressupostos, a possibilidade de uma crítica sociológica que desvele o real, promovendo um debate sério e aprofundado sobre o que se pode realmente fazer para mudar essa situação e democratizar efetivamente a sociedade. Urge promover uma crítica da educação que recebemos e definir a função de tais canais como suportes para uma sociedade atenta aos ditames da dominação e da reprodução social, como ferramenta de conscientização e de libertação. É preciso oferecer sentido às coisas, pois só assim as pessoas poderão lutar por seus interesses e aspirações. A dominação, profundamente enraizada nas estruturas e nos corpos se constitui como uma constância trans-histórica que gera esquemas inconscientes, e, portanto, não pode ser abolida com um simples ato de magia performática – ela somente pode ser superada lentamente, com muito trabalho e persistência.

Este trabalho objetiva, pois, mapear os traços que consolidaram nosso modelo patriarcal e androcêntrico de sociedade. Da mesma forma, ele tem a pretensão de colaborar para um debate que, de algum modo, possa nutrir ações que colaborem para a transformação de nosso modo de ser, de pensar e de agir, que por tanto tempo, infelizmente, tem menosprezado as mulheres.

### A constituição social da identidade de gênero

A identidade de gênero e o preconceito decorrente de sua afirmação na vida cotidiana de cada um, com relação ao diferente, são problemas que tem gerado inúmeras pesquisas que procuram desconstruir esse paradoxo em busca do ponto a partir do qual tudo pode ser mudado, afinal, a pós-modernidade, em sua configuração, reestrutura a tessitura social, determinando novas perspectivas diante do próprio homem, do mundo e do seu “semelhante/diferente”. Na expectativa de entender um pouco a constituição do *éthos*<sup>2</sup> que estabeleceu as diretrizes sobre as opções sexuais dominantes até o presente em nossa sociedade, determinando de alguma forma também a eminência de um gênero sobre os demais é que podemos nos deparar com o auxílio inestimável do pensamento do sociólogo francês Pierre Bourdieu, que tece uma maravilhosa “genealogia da moral” através do livro “*A dominação masculina*”. Já no início da obra encontramos um relato do desconforto do autor diante da ordem estabelecida, com suas relações de dominação, privilégios e injustiças, tidas como naturais, principalmente no que diz respeito à violência simbólica exercida pelos homens. O autor coloca então como meta a reimposição do caráter paradoxal à *doxa* (opinião), bem como a manifestação dos processos rituais que levam

o arbitrário a assumir um caráter natural, objetivando que possamos nos conscientizar, através de uma análise materialista da economia e de uma etnologia, da situação paradoxal em que nos encontramos e reconstruir as diferenças entre o masculino e o feminino, o heterossexual e homossexual, tal como se apresentam, sem o desvio socialmente inculcado pela unidade doméstica (família), mas também, e, sobretudo, pela escola, a igreja ou/e o estado.

Bourdieu alerta que, incluídos no objeto que buscamos entender, incorporamos esquemas inconscientes de percepção e apreciação masculinas; e, por isso, precisamos encontrar uma estratégia eficiente para objetivar o sujeito da “objetivação científica”. Essa estratégia consiste em transformar o exercício da reflexão transcendental, visando explorar as categorias do entendimento ou as formas de classificação, conforme dizia Durkheim, como instrumento de análise do inconsciente androcêntrico capaz de operar a objetivação das categorias deste inconsciente.

Sob este aspecto podemos verificar, por exemplo, a construção social dos corpos, que nada mais é do que a naturalização de esquemas de pensamento marcados como sistemas de classificação e diferenciação no curso do mundo, de maneira que funcionam como esquemas de percepção, pensamento e ação, configurados como *habitus*<sup>3</sup> dos agentes.

A socioanálise permite que se ultrapasse a atitude natural ou a experiência dóxica, de que falava Bertrand Husserl, para se perceber as estruturas mais profundas que legitimam as configurações sociais de dominação masculina, evidentes por sua naturalidade legitimada: “o mundo constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes” (BOURDIEU, 2002: 18).

As diferenças de sexo e, mais precisamente, as diferenças anatômicas entre os sexos, serve comumente como justificativa natural da diferença constituída que engendra, por sua vez, a divisão do trabalho e a organização cognitiva da sociedade; entretanto, é importante lembrar que essa divisão se estabelece à custa de escolhas orientadas, que acentuam certas diferenças e obscurecem semelhanças entre os sexos, de modo que encontramos, por exemplo, todo um sentido social sobre a postura da mulher e as profissões que se pode ou não exercer de acordo com a relação que se estabelece com seu órgão genital, ora *sacralizado* e *ritualizado*. Da mesma maneira, o homem estabelece também no ato sexual uma relação de dominação, de apropriação consentida, já que vê na situação uma oportunidade de afirmar sua dominação através do gozo e do prazer, tanto sentido quanto promovido, em detrimento aos desejos e expectativas frustradas da mulher.

2 Segundo o dicionário Novo Aurélio *éthos* é: Modo de ser, temperamento ou disposição interior, de natureza emocional ou moral. O espírito que anima uma coletividade, instituição, etc. Aquilo que é característico e predominante nas atitudes e sentimentos dos indivíduos de um povo, grupo ou comunidade, e que marca suas realizações ou manifestações culturais.

3 Para Bourdieu *habitus* são as disposições duráveis e transmissíveis em relação à posição do indivíduo no campo (local de atuação social do indivíduo dentro da sociedade).

Se o ato sexual é, pois, uma relação de dominação é porque está fundado num princípio de divisão entre o desejo masculino de possuir e dominar e no reconhecimento feminino de subordinação e dominação. Sobre a homossexualidade esse desejo de dominação também se exerce, ao ponto de transparecer uma relação clara entre “penetração e poder”, em que um dos envolvidos é *feminizado* e, portanto, desprovido de seu estatuto de honra e dignidade masculina.

De qualquer maneira, Bourdieu considera que é importante lembrar que sobre a definição de corpo, e especialmente dos órgãos sexuais, não é o *falo* ou a falta dele que se configura como o fundamento dessa visão de mundo, mas sim esta visão de mundo organizada sobre a divisão de gêneros como essências sociais hierarquizadas (BOURDIEU, 2002: 32-33). Assim sendo, essa perspectiva legitima uma relação de dominação, inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, também uma construção social naturalizada.

O masculino e o feminino são resultado de um trabalho coletivo de socialização difusa e contínua para a formação de identidades e arbitrariedades, portanto, de um *habitus* diferenciado segundo uma divisão sexista<sup>4</sup>. Nesse contexto social de incorporação de um *habitus* ligado ao gênero é que encontramos os *ritos de instituição*, que são operações de diferenciação que visam destacar em homens e em mulheres os signos específicos de sua distinção sexual, estimulando as práticas convenientes, ao passo que desencorajam ou proíbem as práticas impróprias no que diz respeito também ao ato de se vestir, na forma de andar e se portar, no falar, como se a feminilidade se medisse pela arte de se fazer pequena (*héxis corporal*). Agora, é interessante a colocação de Bourdieu de que, embora pareça haver uma libertação feminina em nossa época, expressa, principalmente, através da exibição do corpo, essa libertação continua subordinada à visão dominante masculina, que continua a determinar e a delimitar as posturas permitidas ou proibidas, como também as virtudes e os valores negativos que possuem. De toda sorte, submetidas à resignação e à discricção, incapazes de subverter a ordem estabelecida, as mulheres acabam desenvolvendo estratégias de resistência que, de modo geral, não rompem com a situação, servindo apenas como confirmação da visão dominante, mesmo que inconsciente, de que as mulheres são malélicas e, portanto, devem ser “*vigiadas e punidas/dominadas*”.

A dominação masculina encontra, assim, reunidas as condições necessárias para a sua existência e esta primazia se confirma na objetividade das estruturas sociais e de atividades produtivas/reprodutivas baseadas na divisão sexual do trabalho que reserva para o homem sempre a melhor parte (BOURDIEU, 2002: 45). Quanto às mulheres, elas aplicam a essa realidade percebível

esquemas de pensamento que são frutos da incorporação dessas relações de poder como fundamentos da ordem simbólica, constituindo, portanto, suas ações como atos de reconhecimento dóxico da violência simbólica a que estão submetidas como fruto de um trabalho incessante de estruturas de reprodução (família, igreja, escola, estado, etc.).

Sobre a possibilidade de conscientização da violência sofrida, Bourdieu ressalta que a violência simbólica se consolida através da adesão que o dominado não pode deixar de oferecer ao dominante, quando ele não dispõe de instrumentos de conhecimento incorporados para pensá-la em sua relação com a dominação, ou seja, o dominado, sendo constituído como tal, não desenvolve outras ferramentas a não ser as que lhe foram oferecidas pelo “*jogo*” em que se encontra, de sorte que ele não pode enxergar a sua situação senão com as lentes que lhe foram forjadas, confirmando, pois, as estruturas sociais em sua distinção.

Como poderia parecer, diante das argumentações apresentadas, a lógica da dominação simbólica não se situa apenas na relação entre a pressão e o consentimento, mas se constitui principalmente através de esquemas de percepção, de avaliação e de ação que fazem parte de um *habitus*, que configuram uma relação de conhecimento obscura a ela mesma, e com efeitos duradouros na sociedade (*magia*), refletida nas decisões subjetivas da consciência e dos controles da vontade (BOURDIEU, 2002: 49-50).

A força simbólica é um poder que se exerce sobre os corpos, como que por *magia*, sem qualquer coação física, através de predisposições colocadas sob a forma de emoções corporais (vergonha, humilhação, timidez, ansiedade, culpa) ou paixões e sentimentos (amor, admiração, respeito). A violência simbólica não pode ser vencida apenas com as armas da consciência e da vontade porque os efeitos e as condições de sua eficácia estão gravados no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições, de modo que podemos concluir que o poder simbólico não pode existir sem a colaboração dos dominados, que se subordinam a ele porque o constroem como poder (*coação/consentimento*).

Somente se pode romper com a relação de cumplicidade entre dominados e dominantes ao passo que for promovida uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre si mesmos e sobre os dominantes, o próprio ponto de vista dos dominantes (BOURDIEU, 2002: 54).

As mulheres, na lógica da dominação, são vistas como objetos ou símbolos cujo sentido se constitui fora delas e cuja função seria perpetuar ou aumentar o capital simbólico masculino, de modo que se estabelece até mesmo uma economia de trocas simbólicas, onde as mulheres circulam como signos fiduciários e como elementos de instituição de relações entre os homens, sendo, portanto,

4 Bildung = incorporação do habitus relativo ao gênero masculino ou feminino, que fazem crer que as diferenças biológicas estão na base das diferenças sociais.

reduzidas a instrumentos de produção e reprodução do capital simbólico e social.

Há, culturalmente falando, uma hipervalorização da primazia masculina em relação ao mundo feminino, de sorte que até mesmo a fecundação, por exemplo, é apreciada em detrimento de toda a gestação, o parto e a amamentação realizada pela mulher. Além do mais, a divisão sexual se estabelece paralelamente na divisão das atividades produtivas, bem como também na divisão do trabalho de manutenção do capital social e do capital simbólico que assegura aos homens a primazia em todas as atividades oficiais, construindo uma *illusio* masculina, que cria o princípio indiscutido de todos os deveres do homem para consigo mesmo (*dever ser*). Assim, para a promoção do “*dever ser*” se estabelecem estratégias de toda ordem (de fecundidade, matrimoniais, educativas, econômicas, de sucessão, etc.) para a transmissão dos poderes e dos privilégios herdados, ou seja, para a manutenção da *honra* ou, o que daria no mesmo, do capital simbólico possuído em comum por uma linhagem ou família.

Para deixar claro que a dominação masculina não é um fator exclusivamente positivo para os dominantes, como é de se pensar eventualmente, Bourdieu alerta para o fato de que o *amor fati* (amor do destino), como inclinação corporal a realizar uma identidade constituída em essência social e assim transformada em destino, produto de um trabalho social de nominação e inculcação, é uma cilada para o homem que se vê diante de uma permanente tensão e contensão para dar provas de sua virilidade e de sua coragem, mesmo essa sendo, pois, uma paradoxal demonstração do medo de se apresentar fraco diante dos demais.

É preciso, para desvelar a dominação masculina, detectar e compreender as manifestações próprias do nosso inconsciente, que se entrega e se trai em relances, anamneses. Essas anamneses, para além do que descrevia Platão e Freud, são relances alicerçados na filogênese e na ontogênese de um inconsciente ao mesmo tempo coletivo e individual.

A sociedade estabelece o que há por ser feito ou o que não pode ser feito, segundo determinada categoria ou sexo. A lógica social do que chamamos, portanto, vocação, tem por efeito produzir o encontro harmonioso entre as disposições e as posições, de modo que as vítimas da dominação aceitem sua “vocação” com felicidade, exercendo papéis subordinados ou subalternos. A vocação é, pois, um apelo à ordem estabelecida pelo *habitus* (*herança*). E, sobre este ponto, pode-se entender que a masculinidade é uma espécie de nobreza, pois o homem não pode rebaixar-se a realizar certas tarefas, que, de outro modo, realizadas por eles, se tornam objeto de nobreza, enquanto que realizadas por mulheres passam por insignificantes e imperceptíveis na estrutura social e doméstica. Essa divisão sensível, do particular das famílias à esfera do trabalho, age de maneira a ajustar as esperanças

às oportunidades, as aspirações às possibilidades, gerando *disposições permanentes* que desencorajam as mulheres a realizar o que não é esperado das mulheres (*incorporação de um habitus*). Sobre essa relação é interessante a leitura de um trecho de J. Morris (1974: 77):

Quanto mais eu era tratada como mulher, mais eu me tornava mulher. Eu me adaptava, com maior ou menor boa vontade. Se acreditavam que eu era incapaz de dar macha à ré, ou de abrir garrafas, eu sentia, estranhamente, que me tornava incompetente para tal. Se achavam que uma mala era muito pesada para mim, inexplicavelmente, eu também achava que sim.

A definição dominante da prática é carregada de implicações sexuadas, que definem, por exemplo, a excelência como uma particularidade masculina. Assim, para que as mulheres possam ocupar cargos de autoridade nesse tipo de sociedade elas precisam desenvolver atributos que são naturais na formação dos homens. Essa diferença, aliás, só surge quando acaba produzindo sobre o dominado o ponto de vista do dominante numa relação histórica criada através da gênese de um *habitus feminino* fundamentalmente orientado pelo *feedback social* (pais e pares, etc.), de modo que o corpo percebido é determinado socialmente tanto pelas condições de sua produção (*héxis corporal*) quanto pelos esquemas de percepção (o poder simbólico depende da posição relativa daquele que percebe e daquele que é percebido).

Toda essa estrutura impõe, por certo, suas pressões aos dois termos da relação de dominação, fazendo com que mesmo para os dominantes sejam engendradas terríveis exigências, como no caso do pai que, por deter o monopólio da violência simbólica legítima, precisa exercer a ação psicossomática que conduz à somatização da lei. A palavra paterna se configura, por exemplo, como uma profética predição, que, por sua força, conduz a probabilidade em fatalidade, expressando o mundo no que ele tem de mais impiedoso, livre da indulgência feminina e da cegueira materna.

Além do mais, para manter a estrutura em funcionamento, a *illusio*<sup>5</sup> age no sentido de fazer crer que o jogo merece ser jogado até o fim, segundo as regras impostas, através da objetivação de uma *libido dominandi* (desejo de dominar). A dominação masculina encontra suporte no desconhecimento que favorece, ao dominante, a aplicação de categorias de pensamento constituídas na própria relação de dominação e que pode levar a esta forma limite do *amor fati* (amor do dominante e de sua dominação), que implica renúncia a exercer a *libido dominandi* (desejo de dominar).

5 A *illusio* se constitui como o conjunto das estratégias incorporadas no indivíduo que o fazem crer que o jogo é importante e que, portanto, precisa ser jogado.

É espantosa a constatação da autonomia das estruturas sexuais em relação às estruturas econômicas, dos modos de reprodução em relação aos modos de produção, de forma que Bourdieu se questiona sobre as mudanças que acontecem na história e de como, mesmo diante de tais reordenações, a estrutura de dominação masculina permanece de maneira geral inalterada. Para responder esta pergunta, o autor começa dizendo que “o eterno na história não pode ser senão o produto de um trabalho histórico de eternização” (BOURDIEU, 2002: 100); e, portanto, para compreender a eternização da dominação masculina, é preciso reconstruir a história do trabalho histórico de des-historização, ou seja, a história da criação/recriação das estruturas da dominação masculina, principalmente através de instituições como a igreja, o estado e a escola, por exemplo.

Deste modo, a pesquisa histórica, assim constituída, não pode se contentar com a descrição das formações das condições masculina e feminina, devendo empenhar-se em estabelecer o sistema de agentes e das instituições que contribuíram para a história das relações de sexo, suas combinações, estratégias e mecanismos estruturais. Ao pensar as invariantes trans-históricas da relação entre os sexos, a história se obriga a tomar como objeto o trabalho histórico de des-historização que as produziu e reproduziu continuamente, isto é, o trabalho constante de diferenciação a que os homens e mulheres estão submetidos e que os leva a agir de tal ou qual modo específico; bem como deveria se obrigar a descrever e analisar também a construção/reconstrução social dos princípios de visão e divisão dos sexos.

Até nossa época a reprodução das estruturas de dominação masculina esteve garantida através da ação da família, da igreja, e da escola, que agiam em comum sobre as estruturas inconscientes. À *família* cabe historicamente o principal papel na reprodução da dominação e da visão masculinas, através de sua precocidade, direito e linguagem na vida das pessoas. Quanto à *igreja*, ela sempre desenvolveu ritos e iconografias voltadas à reprodução de um ideário de dominação masculina em detrimento ao que é específico do universo feminino. Já a *escola*, por sua vez, como um terceiro grande elemento da reprodução, age no sentido de transmitir os pressupostos da representação patriarcal através de suas práticas e divisões em relação a cursos e disciplinas, por exemplo. Nessa onda de instituições reprodutoras da estrutura de dominação masculina (*estruturas estruturantes*) se inscreve também o *estado*, que ratifica e reforça as determinações geradas nesse universo patriarcal privado, instituindo-o como um universo reconhecido publicamente e auferido como regra da ordem social e, por extensão, como regra moral.

Atualmente, devido aos movimentos feministas, bem como aos diversos fatores que se aplicam ao universo feminino, como o acesso à educação e ao trabalho, o distanciamento das tarefas domésticas, entre outros, a

dominação masculina não se impõe mais como evidência indiscutível. Aliás, nesse sentido, o grande motor dessa mudança é a escola, pois através de uma abertura maior às mulheres ela promoveu, correlativamente, uma independência econômica e uma transformação das estruturas familiares.

Assim, apesar da inércia do *habitus* e do *direito*, que estruturam um modelo de família e de sexualidade legítima, esse novo modelo de educação e, por extensão, de trabalho, aberto às mulheres, tem contribuído para desmobilizar essa *dóxa* e ampliar os espaços de possibilidades em matéria de sexualidade, o que não significa que as mulheres já consigam alcançar os cargos e as carreiras mais elevadas das estruturas, ainda reservadas tradicionalmente para os homens em suas especificidades constitutivas.

Como se vê, a estrutura se perpetua nos pares de oposição homólogos às grandes divisões tradicionais. De outro modo, entretanto, o acesso das mulheres aos cargos e carreiras mais elevados se dá, normalmente, por sua desvalorização ou pela deserção à ordem masculina, bem como suas oportunidades de acesso decrescem à medida que atingem posições mais raras e elevadas. Assim, a estrutura constituída dissimula uma situação irreal de igualdade de oportunidades às mulheres, que se vêm obrigadas a “masculinizar-se” diante do fato de estarem separadas dos homens por um *coeficiente simbólico negativo*.

Se as estruturas antigas parecem então continuar exercendo força sobre as novas gerações é porque agem ainda sobre três grandes princípios gerais: 1. As funções que convém às mulheres se situam como prolongamento das funções domésticas; 2. A mulher não pode ter autoridade sobre os homens; 3. O homem tem o monopólio sobre a manutenção dos objetos técnicos e das máquinas.

A permanência das estruturas antigas se constrói principalmente porque o *habitus* se apresenta como uma série de princípios transmitidos essencialmente corpo a corpo, inculcados, aquém da consciência e do discurso, escapando, portanto, às tomadas de controle consciente e às transformações ou correções promovidas.

A reprodução da dominação masculina se dá através da permanência dos bens simbólicos (entre eles o casamento, os laços familiares e a herança) e sua relativa autonomia, que é concebida e reforçada pelas instituições de reprodução como a família, a escola e a igreja. O mundo social funciona, portanto, como um mercado de bens simbólicos dominado pela visão masculina e a posição das mulheres no mercado de bens simbólicos explica o que há de mais essencial nas disposições femininas (as roupas e seu caráter de sedução, por exemplo). Essas disposições femininas fundamentam, de outro modo, a posição das mulheres na família e nas empresas, onde elas devem exercer um papel de gestão do capital simbólico, como instrumentos de exibição ou de manipulação simbólicos.

A dominação, profundamente enraizada nas estruturas e corpos, se constitui como uma constância trans-

histórica que gera esquemas inconscientes, e, portanto, não pode ser abolida com um simples ato de magia performática, como parece acontecer, por exemplo, nas amizades e no amor, que transparecem uma trégua em que a dominação parece dominada; processo que, na verdade, se realiza lentamente, com muito trabalho e constante empenho.

### Práxis política como norte de mudança

Terminando então toda a discussão Bourdieu afirma que somente uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos da dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas e as estruturas das instituições em que se realizam e se produzem/reproduzem a ordem masculina e a ordem social (estado, escola, igreja, família), poderá, a longo prazo, trabalhando com as contradições inerentes aos diferentes mecanismos ou instituições referidas, contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina.

A família, os meios de comunicação, as escolas e outras instituições sociais tem, portanto, um papel determinante no comportamento dos jovens e como as relações de gênero se constituem. A família, mesmo que não dialogue abertamente sobre sexualidade, é quem oferece as primeiras noções sobre o que é adequado ou não, seja através de gestos, de expressões, recomendações ou mesmo através das proibições. Os meios de comunicação, em sua programação corriqueira, veiculando cenas ou determinados comentários/brincadeiras, frequentemente reforçam preconceitos. Quanto à escola, ela muitas vezes deixa de oferecer um espaço para que ocorram debates sobre saúde reprodutiva e sexualidade de uma forma efetiva, o que acontece, provavelmente, por falta de pessoal capacitado na área, por achar o assunto pouco importante ou polêmico demais, ou, ainda, por falta de apoio e incentivo. De qualquer modo, todas as considerações que fizemos até o momento nos fazem ter a certeza de que sem a participação consciente destes mecanismos estruturais/estruturantes não haverá uma mudança efetiva na sociedade e nas pessoas, de modo que cabe, portanto, reformar o pensamento na construção de um novo cenário onde o diferente possa ser aceito e cultivado.

### Referências

MARTÍN-BARBERO, Jesús. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUSA, Mauro Wilton de (org), et al. *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

\_\_\_\_\_. As contradições da herança. In: NOGUEIRA, M.A. e CATANI, A. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MORRIS, J. Conundrum. New York, Harcourt, Brace, Jovanovich, 1974. In: BOURDIEU, Pierre. *A dominação Masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falava Zaratustra – um livro para todos e para ninguém*. Petrópolis: Vozes, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. *Ecce Homo – de como a gente se torna o que a gente é*. Porto Alegre: L&PM, 2003.

WOOLF, Virginia. “Trois guinéas”. Paris: Éditions des femmes, 1977. In: BOURDIEU, Pierre. *A dominação Masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

World Association for Sexual Health. *Declaração dos Direitos Sexuais como Direitos Humanos Universais*. 1999. Disponível em: <<http://www.worldsexology.org/wp-content/uploads/2013/08/DSR-Portugese.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2015.